

ANA MARIA RITA MILANI\*  
MARLENE GRADE\*\*

desenvolvimento local e economia  
solidária um caminho possível: a  
experiência das mulheres solidárias de  
Roraima

\* Professora Adjunta  
da Faculdade de  
Economia, Adminis-  
tração e Contabilida-  
de da Universidade  
Federal de Alagoas,  
FEAC – UFAL.  
Mestre em economia  
pela UFBA e doutora  
em Economia pela  
UFRGS.

\*\* Professora  
Adjunta do curso de  
Ciências Sociais da  
Universidade Federal  
da Fronteira Sul  
(UFFS). mestre em  
economia pela UFSC,  
doutora em Geografia  
pela UFSC.

## RESUMO

Existe atualmente um grande debate nas ciências sociais sobre o que se entende por desenvolvimento e o sentido que pode se atribuir a esse conceito. As novas interpretações visam sinalizar caminhos para encontrar “outra” sociedade, significando propostas de política para o desenvolvimento. Assim, o que se pretende com este artigo é poder contribuir, a partir da experiência dos grupos de mulheres solidárias de Roraima, com projetos de desenvolvimento local inspirados na prática da economia solidária como forma de desconcentrar renda e poder. O conceito de desenvolvimento local utilizado diferencia-se dos modelos convencionais considerando os laços de solidariedade e o uso coletivo de certos meios de produção, numa perspectiva da autogestão e da sustentabilidade. A partir da experiência de pesquisa dos grupos solidários de mulheres de Roraima evidenciaram-se características que podem ser consideradas como viabilizadoras da promoção do desenvolvimento local, haja vista a cooperação, os nexos sociais, a desconcentração do poder, as parcerias e redes sociais, etc. Essas características formam a base para um ambiente favorável ao desenvolvimento local facilitando a participação e a construção de um processo coletivo junto à sociedade.

## PALAVRAS-CHAVE

desenvolvimento local, economia solidária, autogestão.

## ABSTRACT

There is currently a great debate in social science about what is meant by development and meaning that can be attributed to this concept. The new interpretations aim to find ways to signal a new society, meaning policy proposals for development. So what I propose in this paper is to contribute from the experience of women's groups solidaries of Roraima, with local development projects inspired by the practice of solidarity economy as a way to decentralize wealth and power. The local development concept used differs from conventional models considering the ties of solidarity and collective use of certain means of production, from the perspective of self-management and sustainability. From the research experience of women's solidarity groups of Roraima became evident features that can be seen as enablers of promoting local development, given the cooperation, social connections, the devolution of power, partnerships and social networks, etc. These characteristics form the basis for a favorable environment for local development facilitating the participation and the construction of a collective process in the society.

## KEY WORDS

local development, solidarity economy, self-management

## INTRODUÇÃO

Analistas de diferentes âmbitos científicos referem-se ao processo que o capitalismo está vivenciando nos dias hodiernos como caracterizado pela mudança paradigmática do conceito de desenvolvimento socioeconômico. Surgem desta forma diferentes blocos teóricos que tentam apreender as mudanças com inspiração de estruturas ideológicas e conceituais diferentes. Esses blocos teóricos diferentes são, por exemplo: desenvolvimento econômico, desenvolvimento alternativo, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento regional, desenvolvimento local, etc. As novas visões que se apresentam do desenvolvimento servem de base para elaborar, implementar e avaliar as estratégias do desenvolvimento de um país, região ou território. Na verdade, o que existe é um grande debate entre as teses do desenvolvimento e as outras possibilidades de se pensar e dar sentido ao desenvolvimento.

Há tempos que o mundo econômico se depara com o debate acerca de qual teoria levaria a uma melhor maneira de relacionar o estado, a sociedade e o mercado, para obter uma sociedade mais harmônica, com maior equidade. Muitos foram os estudiosos que se debruçaram sobre os experimentos sociais que construiriam para uma sociedade mais harmônica e ideal, entre eles estão: Platão, com *A República*; Thomas More, com sua *Utopia*; Francis Bacon, com a *Nova Atlântida* e Tomaso Campanhella, com a *Cidade do Sol*. Todas estas idealizações podem ser interpretadas como caminhos de encontrar uma nova sociedade, as quais objetivaram o desenvolvimento de países ou regiões.

Assim, o que se pretende com este artigo é poder contribuir, a partir da experiência dos grupos de mulheres solidárias de Roraima, com projetos de desenvolvimento local inspirados na prática da economia solidária como forma de desconcentrar renda e poder.

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento local que se considera neste trabalho será aquele que se diferencie dos modelos típicos que procuram o crescimento econômico como ponto fundamental a ser atingido. Nesta visão, o desenvolvimento local deverá contemplar as especificidades do local, a sociedade como um todo, unidos por laços de solidariedade e pelo uso coletivo de certos meios de produção, numa perspectiva da autogestão e da sustentabilidade.

Além desta introdução, na segunda seção apresentar-se-á uma breve conceituação do desenvolvimento local e da economia solidária tentando encontrar os nexos possíveis entre eles. Na terceira seção, caracterizar-se-á a experiência dos grupos de mulheres indígenas e solidárias de Roraima que fizeram parte do programa de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Roraima (UFRR) salientando as suas fragilidades como também seus pontos de fortaleza para a construção de caminhos do desenvolvimento local. Por último, as considerações finais.

## DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Antes de relacionar os conceitos de desenvolvimento local e de economia solidária, caberia realizar uma breve discussão acerca do que se entende por desenvolvimento local e como o entenderemos neste artigo. A economia do desenvolvimento, segundo Hirschman (1958), surge como disciplina no interior da ciência econômica, depois do pós-guerra, especificamente nos anos 1950. Nesse momento histórico, o debate do desenvolvimento se baseia no pensamento anglo-saxão (autores como, por exemplo, Rosentein-Rodan, Ragnar Nurske, Gunnar Myrdal, etc.) e na América Latina com os trabalhos de autores que tiveram inseridos na Comissão Econômica para América Latina (Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, etc.). Entretanto, essa visão de desenvolvimento começa a apresentar sinais de esgotamento na década de 1970, quando o capitalismo vivenciava uma crise profunda no seu regime de acumulação e produção. No entanto, essa crise pode ser atribuída a vários fatores como por exemplo, mudanças no padrão tecnológico e nos processo de produção, queda do sistema Bretton Woods, ampliação da esfera financeira internacional, etc. É neste contexto que as ideias do desenvolvimento sofrem um declínio, voltando a ser retomado o debate na década de 1980 pelas agências multilaterais, especialmente, no âmbito do Banco Mundial com discussões que abrangiam a deterioração do meio ambiente, a pobreza e a fome mundial. O conceito de desenvolvimento começa a se fragmentar e ganhar adjetivos, com por exemplo, regional, endógeno, local, sustentável, etc. Esta fragmentação interna deu origem a uma série de subtemáticas e delimitações que tornaram o campo do desenvolvimento mais complexo de ser compreendido na sua dimensão global. Como salientado por Guerrero

(1996), com essa fragmentação se busca transitar do paradigma funcionalista para o territorial, onde o “local” se converte na base de um espaço social composto por atores que se relacionam entre si, que buscam resolver problemas, que participam para obter o desenvolvimento da sociedade.

Encontra-se na literatura várias definições ou aproximações do que se entende como desenvolvimento local. Boisier (2005) entende o desenvolvimento local como um fenômeno localizado e inserido nas características econômicas, técnicas, sociais e culturais de um lugar em particular. Neste sentido, o autor considera o desenvolvimento como dependente de uma trajetória histórica e evolutiva que se relaciona ao local como um processo endógeno.

Os trabalhos de Llorenz e Albuquerque (2001) salientam que os principais componentes das iniciativas de Desenvolvimento Local são: (i) desenvolvimento mais equilibrado territorialmente; (ii) geração de emprego e renda como alternativa a superação da pobreza; (iii) criação de entornos institucionais, econômicos, sociais, políticos e culturais; (iv) reorganização das bases empresariais; (v) implantação de infraestruturas básicas; (vi) capacitação de recursos humanos; e, (vii) criação de sistemas de informações locais.

Para Buarque (1999), o desenvolvimento local pode ser visto como um processo endógeno observado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma transformação nas bases econômicas e social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

Noutra perspectiva, Oliveira (2001) ao se debruçar com o conceito de desenvolvimento local o relaciona com diferentes dimensões que nele se resumem. Uma delas, a noção de desenvolvimento humano trabalhado pela ONU, o qual visa a satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida. A segunda dimensão que o autor considera pode ser relacionada ao conceito do subdesenvolvimento e a sua especificidade histórica quando o mundo se começa a observar através das ideias de centro e periferia. Nos dizeres do autor (2001, p. 13): “o não-desenvolvimento local é um subdesenvolvimento no sentido forte de que ele é peculiar à periferia do capitalismo”. A última dimensão é a da cidadania, a qual, por sua vez,

é difícil de ser mensurada, porque se deve considerar com certo cuidado o que se quer mensurar. Embora exista consenso que o bem-estar e uma alta qualidade de vida devam ser direitos dos cidadãos não se deve colocar tais direitos como sinônimos de cidadania, porque aqueles que não possuem esses direitos não o seriam. Porém, o que pareceria ser uma limitação desta dimensão do desenvolvimento local constitui sua riqueza, pois é através desta que os cidadãos lutam pelo bem-estar e pela qualidade de vida.

É aqui que se pode observar nos processos de desenvolvimento local a possibilidade de a economia solidária se transformar numa forma de superação das condições existentes.

A economia capitalista apresenta processos contraditórios nos quais, por um lado, exclui trabalhadores do processo de produção e, por outro, cria condições para a superação dessa exclusão. A solidariedade e a autogestão se transformam em um vínculo possível, que é utilizado pela classe trabalhadora para reproduzir sua existência. Alguns autores vêm se debruçado com a temática da economia solidária, podemos citar entre eles, Singer, Cattani, Razzeto, Gaiger, Souza Santos, Antunes, Tauile, Grade e Aued, etc, os quais entendem a economia solidária como segue: Singer (2002) salienta que economia solidária pode ser definida como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. Uma característica desse novo processo de produção é a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática. Para Singer (2002), a autogestão é uma das principais características da economia solidária, a forma como as empresas são geridas, as quais se administram democraticamente. A autogestão pode ser vista como forma de desenvolvimento na medida em que gera a possibilidade de gerir a reprodução.

Tauile (2004) salienta que o surgimento da economia solidária se apresenta como expressão da criação de grande número de cooperativas urbanas, sejam de produção, trabalho, consumo ou crédito, dentro de um movimento cada vez mais combinado entre a sociedade civil e as políticas públicas progressistas. Uma característica deste tipo de empreendimento é que seus atores estão engajados e interessados no desenvolvimento e na viabilização do mesmo. Para sociedades debilitadas de políticas públicas

e com elevados índices de desocupação e carência de renda para a maioria da população, cresce a importância de um elevado grau de apoio político-institucional para esses empreendimentos e suas respectivas bases de fomento (educação, crédito etc.), enfim à Economia Popular Solidária.

Grade (2010) interpreta a economia solidária como processo revolucionário dos homens produtores diretos, em sua práxis histórica determinada, sob o modo de produção capitalista engendram elementos para a superação de sua alienação. A solidariedade aparece como forma de superação do capital e de suas categorias: salário e lucro. A solidariedade é um espaço transitório para a construção de uma nova forma de produção da vida.

Para Luis Razeto (1997), os grupos solidários funcionam com recursos escassos, técnicas rudimentares, baixa tecnologia, saber fragmentário e capacidade de gestão rudimentar ou intuitiva. No entanto, nesses grupos surge uma racionalidade diferente, que evidencia a força da solidariedade que combinada a esses poucos recursos potencializa os resultados obtidos. É a solidariedade a força que converte em viáveis e eficientes as experiências produtivas. A solidariedade como força econômica dimensionada através do que ele chama de fator “C”, que é um novo fator que se integra aos modelos e análises econômicas junto ao trabalho, o capital e a tecnologia. O fator “C” tem impacto ao nível do desenvolvimento individual que contribuem para outro tipo de desenvolvimento alternativo da sociedade.

A autogestão e cooperativismo poderia ser uma ponte, capaz de direcionar estas iniciativas para além do econômico, poderia ser um instrumento privilegiado na emancipação dos setores que vivem do trabalho, articulando as iniciativas produtivas, cujo aumento de sua capacidade política pode se dar a partir das redes solidárias, na perspectiva da reprodução ampliada da vida. Nesta perspectiva, que essa emancipação contribuiria para o desenvolvimento do local, facilitando novas relações de produção, o dinamismo social, como forma de geração de renda. Nesse sentido que o desenvolvimento pode ser visto como Boisier (2005), como processo que se produz endogenamente na sociedade para superar as condições existentes. Esse processo pode ser o motor de um novo paradigma de desenvolvimento, aqui nomeado de desenvolvimento sustentável e solidário. Este é entendido como sendo um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de “novas relações de produção, de

modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.” (SINGER, 2002, p.1).

Enfim, podemos observar como a economia solidaria pode se aproximar do conceito de desenvolvimento local, mas não pode ser vista como relação funcional direta e unívoca. Pelo contrário, ambos os conceitos visam estabelecer vínculos que poderiam se transformar em círculos virtuosos do desenvolvimento da sociedade, de emancipação e a autonomia dos trabalhadores, garantindo que as decisões e as ações sejam coletivas, democráticas e solidárias.

Na próxima seção, será apresentada a experiência dos grupos de empreendimentos solidários em Roraima.

#### A EXPERIÊNCIA DOS GRUPOS DE MULHERES SOLIDÁRIAS EM RORAIMA: UMA CARACTERIZAÇÃO

Em 2006 iniciamos um programa de pesquisa e extensão a seis grupos de produção, organizados sob a forma de economia solidária, na cidade de Boa Vista, estado de Roraima. O programa consistiu em duas etapas que se condicionam mutuamente, uma é a extensão e a outra a pesquisa.

Os grupos são formados, em sua maioria, por mulheres migrantes e indígenas empobrecidas com uma faixa etária que varia de 30 a 60 anos, todas chefes de família que não encontram formas de sobrevivência fora desse espaço de trabalho coletivo. A situação desses grupos é extremamente frágil, atuam em diversas atividades que envolvem, costura: produção de roupas íntimas, de uniformes escolares e profissionais, panos de prato; etc. bordados, crochê, tricô, confecção de almofadas, de bichinhos de pelúcia, bijouterias com sementes, artesanatos em geral e também na área de fabricação de sabão.

A partir da pesquisa podemos caracterizar o perfil dos grupos como está exposto no quadro N<sup>o</sup>1.

Quadro Nº 1: Caracterização dos grupos de empreendimentos de mulheres solidárias de Roraima

GRUPOS	CARACTERIZAÇÃO
<p><b>CPC Santa Tereza</b></p> <p><i>“Precisamos estar juntas”; “Nós aqui somos uma grande família”.</i></p>	<p>Grupos de produção comunitária: costura (uniformes escolares e profissionais e roupa em geral)            Contam com 10 mulheres.            Receberam cursos do Governo do Estado e do SENAI            No grupo existe espírito de mútua confiança.            Espaço cultural do bairro Santa Tereza (reduzido).            As máquinas foram compradas financiadas (dívida atualmente já quitada).</p>
<p><b>Grupo de Mulheres São João Batista</b></p> <p><i>“A gente viu muitas famílias passando fome e fomos ajudar e convidamos elas e também as suas filhas para trabalhar com a gente”</i></p>	<p>Formou-se através de um Projeto da Igreja Católica.            Produto: a fabricação de sabão (duas vezes por semana), tempo restante se utiliza para venda.            Curso ministrado pelo CDDH (Igreja Católica)            As sobras são divididas entre todas.            O grupo não conta com os elementos fundamentais ao processo de produção.            Inexistência de um processo de embalagem adequado            Não compraram ainda os equipamentos de segurança exigidos.            Buscam a incorporação da produção de detergente.            Elevado número de mulheres desempregadas no bairro.</p>
<p><b>Grupo de Mulheres do Bairro Caumé</b></p> <p><i>“somos todas desempregadas, e queremos construir nossas vidas com dignidade”</i></p>	<p>Início de Atividade: Igreja Católica Nossa Senhora Auxiliadora com o apoio da Pastoral Indigenista de Boa Vista.            Produto: costura e bordado.            Única fonte de trabalho e renda, em sua maioria são chefes de família.            Migrantes nordestinas, descendentes de indígenas.            Acreditam que o trabalho em conjunto é a melhor maneira de conseguir “seguir adiante”.</p>

<p><b>Grupo Aliança</b></p> <p><i>A renda que se produz “não dá para viver”</i></p> <p><i>“Nós também nos preocupamos com o que o resto da sociedade precisa, por isso participamos também do Fórum de Economia Solidária”</i></p>	<p>O grupo se auto-define como “grupo social”. Ele se organiza para gerar trabalho e renda e contribuir para a construção de espaços para organizar grupos coletivos que promovam a autoestima, aumento de conhecimento, cidadania, etc.</p> <p>Produto: área de costura, especificamente na confecção de roupas infantis, bichinhos em pelúcia e artesanato.</p> <p>Terreno próprio cedido pelo governo o Estado.</p> <p>Todas buscam superar suas dificuldades financeiras apostando em um trabalho coletivo.</p> <p>Acreditam que o trabalho solidário, coletivo, é o processo pelo qual é possível a construção de uma vida digna para si e para suas famílias.</p> <p>O grupo tem a prática de realizar assembleias regularmente</p>
<p><b>Mulheres Migrantes Solidárias</b></p>	<p>Surgiu a partir de uma oficina sobre Cidadania e Economia Solidária, em 2006 pela Rede de Educação Cidadã - Fome Zero.</p> <p>Produto: confecção de bichinhos de pelúcia.</p> <p>O grupo não possui sede própria.</p> <p>As mulheres dividem a funções de acordo com os seus saberes.</p> <p>As perspectivas destas mulheres são: aumento da produção, melhoria da qualidade do produto, diversificação da produção.</p> <p>Falta de equipamento.</p>
<p><b>Grupo: Feras do Amazonas</b></p>	<p>Atividade econômica principal o artesanato e a dança: trabalham na confecção de fantasias para as apresentações de dança do próprio grupo.</p> <p>O grupo é composto por jovens dançarinos, com faixa etária de 16 a 27 anos.</p> <p>Fazem apresentações para o governo do Estado nas festas juninas.</p> <p>Para a confecção das roupas são empregados materiais reciclados e artificiais.</p> <p>Recebem o apoio do FETEC e Departamento de Cultura, no que se refere a programação cultural.</p> <p>Não possuem patrimônio líquido, nem dívidas e funcionam num espaço físico que corresponde ao quintal da casa de fundadora.</p>

Fonte: elaboração própria.

Os resultados dos trabalhos de pesquisa e extensão junto aos grupos solidários indicaram um avançado potencial de trabalho e senso organizativo, evidenciando condições de sustentabilidade que podem se trans-

formar em práticas de desenvolvimento local. Também foram observadas diversas dificuldades e limitações, as quais se tornam uma característica comum nos grupos e em maior ou menor medida, interferem ou limitam o seu desenvolvimento. A partir de então, realizou-se um diagnóstico da situação socioeconômica do grupo apresentado no Quadro 2. Nesse diagnóstico buscou-se avaliar as características que poderíamos chamar de “positivas” no sentido que elas fortaleceriam os empreendimentos e facilitariam o caminho para seu desenvolvimento.

Como mostra o Quadro 2, os “pontos fortes” encontrados como características nos grupos se repetem e se tornam como uma “peça padrão”, relacionam-se a “força de vontade”, como elas declaram ou “coragem para encarar a vida”, a “vontade de aprender e ensinar”; “a união”, “a confiança”, “a habilidade de saber-fazer” e a qualidade do produto. Os “pontos fracos” estão relacionados com as dificuldades de comercialização, a falta de matéria-prima e de recursos financeiros, a quase inexistência de lucros (sobras), a pouca mobilização social no sentido da incorporação de novas pessoas ao empreendimento, o beneficiamento (melhor qualidade), o espaço físico, as máquinas (automação) e a capacitação e gerenciamento.

Quadro 2: Pontos Fortes e fracos dos Grupos

<b>Pontos Fortes:</b>	<b>Pontos Fracos:</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. União;</li> <li>2. Coragem e força de vontade;</li> <li>3. Confiança;</li> <li>4. Divisão de trabalho;</li> <li>5. Criatividade e originalidade (artesanal);</li> <li>6. Partilha e diálogo;</li> <li>7. Busca de parcerias;</li> <li>8. Mobilização;</li> <li>9. Perseverança;</li> <li>10. Aprender e ensinar;</li> <li>11. Compromisso;</li> <li>12. Qualidade dos produtos.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Matéria-prima;</li> <li>2. Sede / espaço;</li> <li>3. Creche;</li> <li>4. Equipamentos / máquinas;</li> <li>5. Recursos;</li> <li>6. Venda / comercialização;</li> <li>7. Capacitação / cursos;</li> <li>8. Insegurança / acreditar;</li> <li>9. Falta transporte para venda de produtos;</li> <li>10. Financiamento;</li> <li>11. Design;</li> <li>12. Falta Mobilização social;</li> <li>13. Falta Capacitação.</li> </ol>

Considerando as avaliações realizadas, observamos que os pontos fortes dos empreendimentos, de modo geral, se relacionam com os aspectos

sociais que sinalizam a importância de cada uma dessas mulheres como detentoras de qualidades que as ajudam a se reproduzir como grupo apesar da precariedade. Essas caracterizações dos pontos fortes surgem a partir das próprias mulheres e de seu trabalho coletivo nos empreendimentos. Quer dizer, essas mulheres apontam que seu processo de trabalho faz emergir novas formas de entender a dinâmica social, consubstanciando em formas possíveis de desenvolvimento local, que vão além da geração de renda e abrangem uma melhor qualidade e sentido à vida das desempregadas fragilizadas pelas condições existentes. Assim, essas formas de trabalhar tendências, realizadas por elas, faz emergir uma nova forma de entender a dinâmica social e, porque não, o desenvolvimento local.

Nesse sentido, nos últimos anos tem-se acrescentado à produção teórica convencional de analisar esses experimentos, tanto em âmbito nacional quanto na América Latina, um “olhar” diferente, “outra” economia, que vem sendo denominado como economia solidária. Vários autores, entre eles Singer (1998, 2000), Gaiger (2000), Coraggio (1994), Monteagudo (2002), Razeto (2000), Antunes (1995), Pochmann (2004) têm trabalhado na perspectiva de construir formas de interpretações dessas dinâmicas, ou como economia solidária, ou como fragmentação do trabalho, ou como novas formas de desenvolvimento.

Estes experimentos constroem-se como nova práxis social que tem na solidariedade seu novo nexos social e sua especificidade do local, as quais buscam recuperar a centralidade do homem, suas habilidades produtivas e criativas, unidos por laços de cooperação, ao invés da acumulação de capital em si e para si. Assim, a economia solidária se concretiza como uma proposta que propicia o desenvolvimento de relações sociais que tentam satisfazer necessidades sociais e materiais, recuperando os direitos dos homens trabalhadores e nesse sentido que o desenvolvimento local se apresentaria, a partir de práticas e políticas que venham fortalecer estas virtudes.

Dessa forma, a lógica da autogestão vem se manifestando como nova possibilidade de pontos fortes ou positivos que dariam sustentáculo à reprodução dos grupos, tendo nas habilidades criativas do homem sua maior riqueza.

Os pontos fracos relacionam-se com aspectos econômicos como a falta de uma infraestrutura adequada, recursos, instalações, matérias-

primas e outras que condicionam o desenvolvimento do grupo precarizando a vida das integrantes e inviabilizando a sua reprodução. Essa falta de infraestrutura se explica a partir da pouca ou da inexistência de acesso ao crédito, à informalidade na qual esses grupos se desenvolvem, a falta de equipamentos e materiais adequados, a quase inexistência de capital, etc. Desvelam a dificuldade de acesso aos meios de produção socialmente produtivos, e nesta sociedade, centralizados nas mãos de poucos capitalistas. Fenômenos que também são o reflexo de um agravamento da questão social vivenciada pelo Brasil na década de 1990, a partir da implementação do modelo neoliberal de ajuste estrutural CARNEIRO (2002). Esse quadro deletério das condições sociais com aumento das populações excluídas traz à luz a necessidade de também analisar o papel do Estado por meio da nova forma em que são adotadas as políticas sociais, que se concretizam na “pauperização” de grande parte dos homens.

A construção iniciada no ano de 2006 mostrou-se positiva, tanto para os grupos acompanhados como para os próprios pesquisadores. Entretanto esse processo revelou-se insuficiente para, por si mesmo, garantir seus objetivos. Necessário se faz que alguns passos coletivos sejam dados, como a construção de um amplo e vigoroso processo de desenvolvimento, cuja dinâmica contenha essa nova lógica, ainda em construção. Essa lógica se vincula ao desenvolvimento local no sentido de este conceito permitir ir além do âmbito econômico, não com o intuito só de melhorar a renda, mas também as oportunidades sociais.

O desenvolvimento Local considera a busca a obtenção de seus objetivos, procurando respeitar as potencialidades e especificidades de cada local. Nesse sentido, um ponto fundamental é a participação da população como co-autora do processo de desenvolvimento. Assim, o espaço passa hoje a desempenhar um papel crucial para se pensar o desenvolvimento, pois a própria sociedade só é concreta no espaço. Esses experimentos dos grupos de mulheres solidárias tem relevância na medida em que geram a possibilidade de mudança econômica e social que resultará na transformação do espaço e do local.

Esta experiência na Amazonas pode dar início à criação de projetos de desenvolvimento local que contemple como ponto referencial a lógica da economia solidária como forma de reprodução da vida dos homens. Uma visão de desenvolvimento que considere a comunidade local e seus

valores, fundados na ação coletiva, estimulando o surgimento de redes e cadeias numa perspectiva do uso da autogestão. Percebe-se assim que há um caminho possível de dar sentido ao desenvolvimento local que tem na economia solidária uma “nova roupagem” no intuito da construção de uma sociedade mais solidária e emancipatória.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os experimentos sociais das mulheres solidárias de Roraima, para além de tecerem uma crítica empírica aos limites da produção da existência humana como capital contribuem para construir uma nova práxis social com base nas relações de solidariedade, autogestão e trabalho coletivo. Assim a produção coletiva se concretiza como uma proposta que propicia o desenvolvimento de relações sociais que tentam satisfazer necessidades sociais e materiais, recuperando os direitos dos homens trabalhadores.

Como observamos, os grupos solidários apresentaram como pontos fortes ou positivos a união, a coragem, a divisão do trabalho e das sobras, a mobilização, o compromisso, etc. Estas características podem ser consideradas como viabilizadores da promoção do desenvolvimento local, que compartilha com a comunidade a construção de projetos coletivos. Ao final, é a população que conhece bem o local onde vive as necessidades e anseios de melhorar as condições de vida na sua localidade: fundamentos da Economia Solidária. Nesse sentido, uma das formas de promover o desenvolvimento local é por via de experiências de gestão participativa da sociedade. Isto não significa que o Estado ou a sociedade tenha que mostrar ou dizer qual o caminho, mas criar a interação que priorizem as possibilidades de construções com os participantes.

A interação ocorre prevendo a participação dos membros da sociedade como mediadores do um processo de construção de projetos de desenvolvimento local. Seria através desses processos de construção que a sociedade apreenderia coletivamente, como salienta Paulo Freire (1987, 1989, 1992), cuja contribuição metodológica marca há décadas os processos de organização social populares, no sentido de que entre os saberes populares e os saberes socialmente constituídos haja um processo de interação, rupturas e avanços.

Resumidamente, pode-se dizer que em relação á Economia Solidária, vários elementos como cooperação, nexos sociais, desconcen-

tração do poder, parcerias e redes sociais formam a base para um ambiente favorável ao desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- BOISIER, S. Hay espacio para el desarrollo local em la globalización?. *Revista da CEPAL*, 2005.
- BUARQUE, S. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Recife, Brasil, Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), 1999.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: UNICAMP, Instituto de Economia: UNESP, 2002.
- CORAGGIO, José Luis. *Desarrollo Humano, Economía Popular y Educación*. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Acción Social, 1994.
- FREIRE, Paulo. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. São Paulo: Vozes, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Aprendendo com a própria história*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GAIGER, Luiz Inácio. *Sentido e possibilidades da economia solidária hoje*. In: KRAYET, Gabriel e LARA, Francisco (org.) *Economia dos setores populares*. Entre a realidade e a utopia. Editora Vozes, Petrópolis, 2000.
- GRADE, Marlene. As possibilidades revolucionárias hoje: solidariedade versus capital. In: Marco Aurélio Marques Ferreira; Magnus Luiz Emmendoerfer; Rodrigo Gava. (Org.). *Administração Pública, Gestão Social e Economia Solidária: avanços e desafios*. Viçosa (MG): Editora da UFV, 2010, v., p. 274-300.
- GUERRERO, M. G. *La Red Social como Elemento Clave del Desarrollo Local*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 1996.
- HIRSCHMAN, A. *A Estratégia de Desenvolvimento Econômico* New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1958.

- LLORENS, Albuquerque, F. *Desenvolvimento econômico local*. Rio de Janeiro: BDMG, 2001.
- MONTEAGUDO, R. *Economia Solidária: Novas Regras*. Editora, São Paulo, 2002.
- OLIVEIRA, F. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo, Pólis Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.
- POCHMANN, Márcio (org.). *Reestruturação Produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- RAZETO, Luis. *O papel central do trabalho e a economia da solidariedade*. Revista Proposta. Rio de Janeiro, n.75, p.91-99, 1997.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Economia dos Setores Populares: propostas e desafios, questões debatidas*. In: *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. KRAYCHETE, Gabriel, et all. (Org.) Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- TAUILE, J. *Do socialismo de mercado à economia solidária*. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, 6(1): 107-122, jan./jun. 2002.